EIXO TEMÁTICO: 2 Educação no campo: Políticas Públicas/Estatais

EDUCAÇÃO NO CAMPO E CONDIÇÕES DE ACESSO À ESCOLA: DIAGNÓSTICO DOS MEIOS DE TRANSPORTES PARA O ACESSO À ESCOLA NO ASSENTAMENTO GUARANI

PatricOberdan dos Santos

UFSCar

patric.oberda@gmail.com

Luiz Bezerra Neto

UFSCar

lbezerra@ufscar.br

Palavras-chave: Transporte escolar; educação no campo; assentamento Guarani.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho em desenvolvimento é resultado de uma pesquisa de Iniciação Cientifica intitulada Educação No Campo e Condições de Acesso à Escola: Diagnóstico dos meios de transportes para o acesso à Escola no Assentamento Guarani, cujo objetivo é realizar um recorte histórico de como se dá o acesso à educação para os moradores de áreas rurais quando não há uma escola no campo, partimos do pressuposto de que nesses casos é realizada a nucleação dos alunos, isso nos dá nosso objeto de pesquisa, o transporte escolar, a partir disso iremos analisar quais as condições deste transporte para os estudantes do assentamento Guarani.

A presente pesquisa será realizada através de abordagem qualitativa, pois de acordo com GIL(2002), pesquisa qualitativa é uma analise menos formal que a quantitativa, a análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, e extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Serão utilizadas pesquisas bibliográficas sobre o mesmo tema de outros lugares do Brasil que encontram o mesmo caso de transporte escolar rural.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A educação do campo consiste em uma educação formal conquistada pelos movimentos sociais para atender as necessidades e especificidades da população que reside no campo, já que foi pensada pelos próprios sujeitos em parceria com movimentos sociais do campo, essa educação visa a formação do sujeito para que possa permanecer no campo, semelhante ao ruralismo pedagógico presente no Brasil na década de 1930, apesar desse ser um grande avanço é necessário pensar por outros ângulos, por um lado uma educação especifica para os sujeitos do campo é necessário, porem não pode ser tão especifica pois se não vai haver uma educação diferenciada para quem mora no campo, na aldeia, no quilombo e etc. também para não condicionar o individuo apenas a uma realidade, já que a educação tem que ser libertadora, assim o sujeito pode ter o direito de escolher qual futuro é melhor.

O primeiro modelo educacional é defendido por vários movimentos sociais, destacando-se o MST, de acordo com Bezerra Neto (2010), o movimento luta pela conquista da terra acompanhada de uma educação voltada ao trabalhador, em especial para o trabalhador rural, devido a isso é conhecida como educação DO campo. Já o segundo modelo apresentado anteriormente, defende um modelo de educação único para todos, baseia-se na perspectiva da Pedagogia Histórico Crítica e é conhecida como educação NO campo.

A educação é de suma importância para o desenvolvimento de um povo, como disserta Saviani (2008), analisando o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, é onde o Estado deve ter maior ênfase no repasse de verbas e maior intensidade de Politicas Públicas. O presente artigo é fruto de uma pesquisa voltado à área da educação no campo, mais especificamente ao transporte escolar rural.

Como se sabe na Constituição Federal de 1988 em seu 208º artigo garante a todos os cidadãos dos 04 aos 17 anos o direito a educação básica, gratuita, no seu VII inciso ainda ressalta que é de direito do estudante o transporte escolar, há alguns programas sociais que têm a finalidade de realizar um repasse de verbas exclusivo para a manutenção e compra de veículos escolares, a lei nº 10.880/04 estabelece o Programa Nacional de Apoio ao transporte Escolar (PNATE)[[1]](#footnote-1), outro programa voltado ao transporte é o Caminhos da Escola[[2]](#footnote-2) instituído pela resolução nº 3, de 28 de março de 2007, onde possibilita que estados e municípios financiem ônibus através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

A luz das leis que garantem transporte escolar espera-se que seja ofertado um serviço público de qualidade aos usuários, como assegura o Guia do Transporte Escolar[[3]](#footnote-3), em sua 5º página assegura: “O governo federal, por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e em parceria com o Inmetro, oferece veículos com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes, e adequados às condições de trafegabilidade das vias (estradas e rios) da zona rural brasileira.” Visto isso ao final desta pesquisa espera-se constatar que as condições de transporte escolar rural estejam de acordo com as leis que o regulamentam.

A escolha pelo objeto de estudo partiu de uma curiosidade oriunda da extensão territorial do assentamento, 270 famílias assentadas, não é demanda suficiente para haver uma escola dentro do Assentamento?

RECORTE HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO GUARANI

O assentamento hoje conhecido como Assentamento Guarani, esta localizado entre as cidades de Pradópolis e Guatapará no interior de São Paulo,a324 quilômetros da capital do estado, na região de Ribeirão Preto, foi formado nas terras da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), uma fazenda onde eram produzidos eucalipto e gado de corte.Existiam aproximadamente 750 famílias que trabalhavam nas cidades vizinhas e viviam nas periferias das mesmas, que viram com a chance de ocupar aquelas terras a oportunidade de uma melhoria de vida, de poder viver do próprio trabalho e não mais serem tão exploradas e também não se submeterem a hegemonia do capital conseguindo sua emancipação, como fala Lênin:

Ao longo da história da luta dos trabalhadores por sua emancipação, a questão dos valores que forjarão a nova sociedade é uma das principais preocupações dos dirigentes empenhados na destruição do capitalismo e na construção de uma sociedade sem classes sociais, isto é comunista, posterior ao período de transição socialista.

A partir da fala de Lênin é possível fazer um paralelo com a ocupação das terras, pois de primeiro momento os acampados agiram em conjunto com os demais, isto é, suas ações eram planejadas e discutidas em coletivo, ação esta que destoa por completo da sociedade capitalista.

A partir de então se organizaram para fazer uma ocupação naquelas terras. Segundo Santos Neto (2014), na madrugada do dia 22 de agosto de 1992 houve de fato a ocupação, em conjunto com o Sindicato dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo, tiveram o apoio de aproximadamente 750 famílias da região de Campinas que ajudaram na ocupação da área.

Desta forma, agruparam-se e organizaram-se perto de uma lagoa onde montaram acampamento, pelo fácil acesso à água que ajudou muito naquele primeiro momento de muitas dificuldades que estariam por vir. De principio foi tudo muito difícil além das condições precárias onde se encontravam, havia a constante ameaça de despejo o que deixava os moradores muito apreensivos, pois não queriam perder a chance de ter um pedaço de terra.Esse sentimento de medo os levou a se unirem, eles se organizavam na portaria para vigiar se a polícia não estava chegando com a finalidade de fazer despejo irregular.Segundo uma entrevista com um morador, este, disse que além do medo da polícia havia também o medo de guardas da fazenda uma espécie de “milícia” homens com armas, mas sem qualquer tipo de preparo para portar tal objeto, tentavam a todo custo intimidar os acampados, passavam por perto do acampamento atirando para cima com intuito de inibir os acampados. Porém, mesmo com o medo constante de serem despejados ou até mortos os mesmos controlavam a entrada e saída de pessoas, para que não entrasse no acampamento bebidas alcoólicas, drogas ou ainda outras pessoas que não eram acampadas, com a intenção de causar baderna e desordem, pois não queriam que marginalizassem mais ainda a imagem dos moradores.

Outra dificuldade encontrada foi o acesso á educação dos jovens e crianças do acampamento. Os assentados recorreram à prefeitura do município para tentar garantir o acesso à educação, porém, de primeiro momento foi negado este direito constitucional, conforme podemos constatar no artigo 205 da constituição brasileira de 1988.

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Então os acampados que não conheciam seus direitos, buscaram outra alternativa, que foi recorrer a Guariba, um município vizinho, que fica aproximadamente 22 km de Pradópolis, eles conseguiram que alguns professores fossem lecionar no acampamento. Os professores desciam do ônibus na rodovia SP-253 Cunha Bueno, que hoje fica próximo a um trevo, a partir dai só contavam com a vontade de estudar dos alunos, que buscavam os professores até de bicicleta, essa é uma realidade também vivida por muitos outros professores de escolas rurais, como nos é mostrado na pesquisa de Souza e Santos (s/-d).

No acampamento Guarani os acampados fizeram uma estrutura de pau-a-pique onde eram realizadas as aulas.Segundo Santos Neto (2014) durante o período de construção da escola também foram realizadas outras construções coletivas como uma praça denominada Chico Mendes onde eram realizados encontros para a distração do povo, atualmente essa praça já não existe mais. Naquela época os acampados eram muito unidos, segundo relatos de entrevistados, todos se reuniam para discutir coisas a serem feitas no decorrer da semana também plantavam e cuidavam das plantações de modo coletivo, entretanto viviam em uma situação com condições muito precárias.

Após dois anos nessa situação precária os acampados realizaram uma ocupação passiva na prefeitura municipal de Pradópolis, buscando um direito básico garantido por lei á todos, e assegurado na constituição federal de 1988 onde diz que todos têm direito á educação, e o estado tem que suprir essa necessidade, com isso prefeito não viu outra opção a não ser autorizar que as crianças e jovens tivessem acesso a educação. Mas ao chegarem às escolas urbanas sofreram muito preconceito por parte dos outros estudantes,porém não só dos alunos, professores, pessoas que trabalhavam nas escolas, e habitantes da cidade, também discriminavam os alunos dando apelidos como: “pé sujo” “dorme sujo” “pé vermelho” ”ladrão de terra” e na maioria das vezes tratando com hostilidade, por conta dos apelidos destinados aos acampados um bairro da cidade chamado Bela Vista, onde existe a escola que atendia o povo do assentamento até hoje é conhecido como “pé vermelho”.

Em 1994 ainda vivendo como acampados sem nem uma regulamentação para receberem lotes algumas pessoas decidiram sair da área comunitária e dividiram os lotes com aproximadamente 11 hectares cada, com um sonho de sobreviver do próprio trabalho começaram a plantar para subsistência porem não contavam com as dificuldades que estariam por vir, a fazenda ocupada era de produção de eucalipto o que desgastou completamente o solo, entretanto não era permitida a derrubada dos mesmos, pois a policia ambiental estava em constante movimento vigiando para que não houvesse a extração da madeira, contudo alguns membros derrubavam muitas vezes a noite.Houve casos de pessoas serem presas,segundo entrevistado também houve alguns casos de pessoas morrem por falta de experiência, pois na hora de cortar o tronco do eucalipto acontecia do vento mudar a direção e causava acidente, além disso, havia muitos tocos das arvores derrubadas o que também dificultava muito o plantio e cultivo do solo.

De acordo com Santos Neto (2014) depois de seis anos com muitas negociações, no ano de 1998 foi realizada a desapropriação das terras com a finalidade de reforma agrária.Foi feita a divisão oficial de 274 lotes o que ocasionou certo conforto tornando-os agora assentados, pois cada um poderia produzir e cultivar as terras com seus próprios meios.Entretanto, como já citado havia muitas dificuldades que impediam um bom plantio e uma boa colheita, alguns assentados plantavam milho, arroz, feijão para própria subsistência entre as “ruas” dos eucaliptos.

Com muita luta foram conseguindo melhorias para o assentamento, em 1998 o ônibus que levava os estudantes até a escola, contudo o ônibus era o mais velho e acabado da frota quase um “pau-de-arara”, porém cumpriu sua tarefa de transportar os estudantes ainda sem conforto e segurança, pois dentro do ônibus havia alguns buracos no assoalho onde entrava muita poeira, também às vezes faltava freio no veiculo.Segundo entrevistado, uma vez o ônibus chegou a colidir com uma cerca próxima a uma curva porem não houve vitimas.

Como dito anteriormente, no assentamento não há escolas, apesar da demanda suficiente de alunos, este problema é semelhante ao diagnosticado por Pergher, onde disserta que “A falta de uma política de educação rural/do campo origina a necessidade da criação de outra política, a do transporte escolar rural.” O problema da nucleação não é algo raro de se encontrar pelas áreas rurais do Brasil, uma vez que, assim como no interior do estado de São Paulo ou do Rio Grande do Sul, as políticas públicas voltadas à educação são convertidas em políticas públicas de transporte escolar rural.

Com essa pequena apresentação das leis de transporte e da historia do Assentamento, podemos nos concentrar com mais ênfase no nosso objeto de estudo, Educação No Campo E Condições de Acesso à Escola: Diagnóstico Dos Meios De Transportes Para O Acesso À Escola No Assentamento Guarani.

CONCLUSÃO

Devido à pesquisa encontrar-se em desenvolvimento, deste modo é possível apontar conclusões parciais sobre o problema apresentado, embora, espera-se que os objetivos propostos pelos documentos que asseguram um transporte de qualidade estejam sendo cumpridos, até o presente momento não foi possível constatar a sua plenitude, deixando muitos pontos a desejar, como transporte precário, horários inviáveis para os alunos e muitas vezes em condições não higiênicas. Como o estudo encontra-se em desenvolvimento, os próximos passos consistem em entender as razões que contribuem para estas condições do transporte neste município especificamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARNT, Ana de Medeiros. SILVA, Ester Simão Lopes. **O acesso às escolas do campo e o transporte escolar.** S/D. Disponível em: http://need.unemat.br/4\_forum/artigos/ester.pdf Acesso em: 24/07/2015

BEZERRA NETO, Luiz. EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO NO CAMPO?.**Revista HISTEDBR On-line,** Campinas, n.38, p. 150-168, jun. 2010

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988

BRASIL. **Guia do Transporte Escolar**. Brasília, DF. 2003

BRASIL. **Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004**. Brasília, DF. 2004

BRASIL. **Resolução nº 3, de 28 de março de 2007**. Brasília, DF. 2007

GIL, Antônio Carlos. 1946**, Como elaborar m projeto de pesquisa. 4**. Ed-São Paulo; Atlas, 2002.

LENIN, Vladimir Ilitch, **As Tarefas Revolucionarias da Juventude***,* São Paulo, Expressão Popular, 2015

PERGHER, Calinca Jordânia. **POLÍTICA DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: CONFIGURAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE RELAÇÕES (INTER)GOVERNAMENTAIS NA OFERTA E NO FINANCIAMENTO.** Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS 2014

SANTOS NETO, Jose leite, **Trabalho e Educação no Assentamento Guarani.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP2014

SAVIANI, **Dermeval. História da idéias pedagógicas no Brasil** / Dermeval Saviani. – 2. Ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

1. Ver lei 10.880/04 [↑](#footnote-ref-1)
2. Ver Programa [↑](#footnote-ref-2)
3. Documento Oficial que dissertaacerca dos meios de transportes escolares, disponível em < [↑](#footnote-ref-3)